

## ANÁLISE DOS FINANCIAMENTOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL E SEUS ESTADOS

## ANALYSIS OF FINANCING FOR FAMILY FARMING IN THE SOUTH REGION AND ITS STATES

## ANÁLISIS DEL FINANCIAMIENTO A LA AGRICULTURA FAMILIAR EN LA REGIÓN SUR Y SUS ESTADOS

Leandro Vinícios Carvalho<sup>1</sup>  
Roselaine Bonfim de Almeida<sup>2</sup>  
Jonathan Gonçalves da Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho analisa, a partir dos dados do último Censo Agropecuário, as características dos estabelecimentos da Agricultura Familiar (AF) na Região Sul do Brasil e as características das linhas de financiamento da AF na região. Para tanto, foi feita uma análise descritiva dos dados do Censo Agropecuário de 2016 e dos dados do Sistema Nacional do Crédito Rural dos recursos destinados a AF disponibilizados pelo Banco Central. A partir da análise desses dados foi possível observar que existe um maior número de estabelecimentos ligados a AF do que a não familiar, porém esses ocupam uma área significativamente menor. A diferença de escolaridade também é grande entre os estabelecimentos da AF, sendo que esses proprietários possuem menor nível de escolaridade e, por isso, acabam recorrendo mais a orientação técnica. Nos estabelecimentos da AF, sobretudo aqueles ligados ao Pronaf B, se observa uma maior participação do trabalho feminino. Em relação à produção, observou-se que a maior parte se destina a lavouras temporárias e as atividades pecuárias. Com relação ao acesso ao Pronaf, a maioria dos estabelecimentos possui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), porém há um número considerável de estabelecimentos que não sabem se possuem ou não a DAP. Em relação aos financiamentos recebidos na Região Sul, observou-se grande concentração desses recursos para a atividade de custeio.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Censo Agropecuário. Pronaf. Políticas Agrícolas. Financiamento.

<sup>1</sup>Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP. Professor do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: [leandrocarvalho@ufgd.edu.br](mailto:leandrocarvalho@ufgd.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8693-7579>.

<sup>2</sup>Doutora em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP. Professora do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: [roselainealmeida@ufgd.edu.br](mailto:roselainealmeida@ufgd.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2195-0035>.

<sup>3</sup>Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP. Professor do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: [jonathandasilva@ufgd.edu.br](mailto:jonathandasilva@ufgd.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1601-8534>.

## ABSTRACT

Based on data from the last Agricultural Census, this paper analyzes the characteristics of Family Farming (FF) establishments in southern Brazil and the characteristics of the FF financing lines in the region. For this purpose, a descriptive analysis of data from the 2016 Agricultural Census and data from the National System of Rural Credit of resources destined to FF made available by the Central Bank was carried out. From the analysis of these data, it was possible to observe that there is a greater number of establishments linked to FF than to non-family ones, but these occupy a significantly smaller area. The difference in education is also large among the FF establishments, as these owners have a lower level of education and, therefore, end up resorting more to technical guidance. In FF establishments, especially those linked to Pronaf B, there is a greater participation of women's work. In relation to production, it was observed that most is destined to temporary crops and livestock activities. Regarding access to Pronaf, most establishments have the Declaration of Aptitude for Pronaf (DAP), but there are a considerable number of establishments that do not know whether or not they have the DAP. In relation to financing received in the South Region, there was a great concentration of these resources for the costing activity.

**Keywords:** Family Farming. Agricultural Census. Pronaf. Agricultural Policies. Financing.

## RESUMEN

Con base en los datos del último Censo Agropecuario, el presente trabajo analiza las características de los establecimientos de Agricultura Familiar (AF) en la región sur de Brasil y las características de las líneas de financiamiento de AF en la región. Para ello, se realizó un análisis descriptivo de los datos del Censo Agropecuario 2016 y los datos del Sistema Nacional de Crédito Rural de los recursos destinados al AF puestos a disposición por el Banco Central. Del análisis de estos datos se pudo observar que existe un mayor número de establecimientos vinculados a AF que a los no familiares, pero estos ocupan un área significativamente menor. La diferencia en la educación también es grande entre los establecimientos de AF, ya que estos propietarios tienen un nivel de educación más bajo y, por lo tanto, terminan recurriendo más a la orientación técnica. En los establecimientos AF, especialmente los vinculados al Pronaf B, hay una mayor participación del trabajo de las mujeres. En relación a la producción, se observó que la mayor parte se destina a cultivos temporales y actividades ganaderas. En cuanto al acceso al Pronaf, la mayoría de los establecimientos cuentan con la Declaración de Aptitud del Pronaf (DAP), pero hay un número considerable de establecimientos que desconocen si cuentan o no con el DAP. En relación al financiamiento recibido en la Región Sur, hubo una gran concentración de estos recursos para la actividad de costeo.

**Palavras clave:** Agricultura Familiar. Censo Agropecuario. Pronaf. Políticas Agrarias. Financiación.

**Como citar este artigo:** CARVALHO, Leandro Vinícios; ALMEIDA, Roselaine Bonfim de; SILVA, Jonathan Gonçalves da. Análise dos financiamentos para a agricultura familiar na região sul e seus estados. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 89-116, 11 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.Esp.Dossie.3928>

**Artigo recebido em:** 01/09/2021

**Artigo aprovado em:** 15/12/2021

**Artigo publicado em:** 11/02/2022

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar (AF) é a atividade em que o empreendedor atua no meio rural, com mão de obra predominantemente familiar. Além disso, um percentual mínimo da renda deve ter origem no estabelecimento agropecuário, o qual deve ser dirigido pela família e não ultrapassar uma área de quatro módulos fiscais. Isso, de acordo com a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006; DEL GROSSI, 2019).

No Brasil contabilizam-se mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários, dos quais, cerca de 77% foram classificados como de AF. Esses estabelecimentos responderam por 23% do valor da produção agropecuária e ocupavam 23% do total da área dos estabelecimentos agropecuários. Ademais, nessa atividade há cerca de 10,1 milhões de pessoas, o que corresponde a 67% da mão de obra ocupada nesses estabelecimentos (IBGE, 2019).

Esses dados ilustram a importância da AF para a economia brasileira, a qual produz alimentos, gera renda e ocupa muitas pessoas. Dessa forma, contribui para a segurança alimentar doméstica, ao abastecer o país com frutas, legumes, vegetais e outros gêneros alimentícios. No entanto, a AF assim como a agricultura não familiar, está sujeita às intempéries climáticas e às instabilidades econômicas/comerciais, as quais podem desencadear o surgimento de constrangimentos à oferta de alimentos.

Além das dificuldades climáticas e comerciais, os agricultores familiares enfrentaram, por muito tempo, dificuldades para financiar a produção. Isso devido a existência de poucas subvenções públicas, linhas de crédito, desinteresse e burocracia dos bancos comerciais na concessão de crédito. Para fazer frente a essas dificuldades impostas à AF, foi criado em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (ARAUJO, 2018; BITTENCOURT, 2003; TELES, 2007).

O Pronaf tem o objetivo de promover e desenvolver a AF, que até então não dispunha de linhas de crédito especiais, com taxas de juros que facilitassem o acesso aos recursos disponibilizados e que favorecessem a agricultura. O Pronaf deixou de ser apenas uma linha de crédito e, ao longo dos anos se transformou no principal instrumento de política agrícola para a subvenção da AF no Brasil. Contudo, o Programa ainda requer melhorias, sobretudo em seu alcance e na redução da heterogeneidade regional no acesso à política (AQUINO; SCHNEIDER, 2011; ARAUJO, 2018; RESENDE; MAFRA, 2016; ZELLER; SCHIESARI, 2020).

Neste sentido, tem-se um quadro muito heterogêneo em termos de desenvolvimento da AF e no acesso ao Pronaf. Essa heterogeneidade é evidenciada quando analisada regionalmente. A Região Nordeste, por exemplo, concentra cerca de 50,00% dos contratos no âmbito do Pronaf, enquanto a Região Sul responde por 28,70%. No entanto, quando analisado o montante de recursos contratados, a Região Sul obteve os maiores montantes de recursos, 52,30% do total de recursos contratados em 2021. A Região Nordeste, por sua vez, que possui o maior número

de contratos, obteve apenas 14,51% do total de recursos contratados no âmbito do Pronaf, em 2021 (BANCO CENTRAL, 2021).

Assim, é importante analisar as características da AF na Região Sul, as quais podem evidenciar o grau de desenvolvimento dessa atividade e, eventualmente, o bom desempenho, quando comparada a outras regiões do país, em acessar os recursos do Pronaf. Nesse sentido, este trabalho analisa as características dos estabelecimentos agropecuários da AF da Região Sul. Mais especificamente, explora: i) os principais aspectos dos estabelecimentos agropecuários da região e o seu acesso aos recursos do Pronaf, isso, em número de estabelecimentos e em termos do montante contratado; e ii) identificar as principais modalidades das linhas de crédito que se destinam para a região e identificar as fontes de financiamento. Para isso, será realizada uma pesquisa exploratória a partir de dados secundários do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2021) e de dados financeiros sobre o Pronaf disponibilizados pelo Banco Central (BANCO CENTRAL, 2021).

A análise desses dados pode trazer mais elementos para uma melhor compreensão do bom desempenho da Região Sul em acessar o Pronaf e em obter contratos de maior valor. Este artigo está organizado em mais quatro seções além desta introdução. A segunda seção apresenta uma revisão de literatura sobre o papel da agricultura familiar e do Pronaf no desenvolvimento rural. A terceira seção explica a metodologia utilizada. Na quarta seção apresenta-se os resultados e, por fim, na última seção tem-se as considerações finais e, em seguida, é apresentada a lista de referências.

## **2 ANÁLISE DO PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO RURAL**

Ao longo do tempo, o desenvolvimento rural no Brasil passou por períodos de grandes transformações. Esse desenvolvimento era dependente das políticas públicas implementadas pelo governo, principalmente da política agrícola. Durante as décadas de 1960 e 1970, que abarcam o processo de modernização da agricultura, observou-se que a política agrícola privilegiava os grandes latifúndios, que tinham uma produção direcionada ao mercado internacional. Nesse período a agricultura familiar sofria pela falta de políticas públicas específicas para ela, especialmente as políticas relacionadas ao crédito rural (MATTEI, 2014). Esse processo teve impactos negativos no meio rural porque ele não foi capaz de modificar a estrutura fundiária, o que gerou um processo de desenvolvimento rural amplamente desigual (ROCHA, 2012).

A década de 1990 se caracteriza por um momento chave no processo de desenvolvimento rural no Brasil, onde se observam duas dinâmicas de produção distintas. A primeira delas visa amplificar as vantagens produtivas advindas do período de modernização da agricultura, enquanto a segunda faz uma crítica a esse modelo de produção convencional e ao seu fracasso na solução de problemas sociais, econômicos e ambientais que surgiram no meio rural. Essa primeira forma de produção é a patronal-empresarial, enquanto a segunda caracteriza-se pela forma familiar de produção (SCHNEIDER, 2010).

Existem poucas referências à agricultura familiar antes de 1990, isso porque, até então, esse grupo era chamado de pequeno produtor, produtor de renda baixa ou era associado a uma produção de subsistência. Esse grupo passa a obter maior reconhecimento devido a mobilização

do movimento sindical dos trabalhadores rurais, que lutavam por melhores condições de trabalho no campo, melhores formas de comercializar seus produtos e acesso ao crédito rural. Entretanto, a consolidação da agricultura familiar ocorre com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, e, posteriormente, com a Lei da Agricultura Familiar (SCHNEIDER, 2010).

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Brasil. Em 2017 o Decreto nº 9.064 regulamentou essa lei e estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Segundo ela, considera-se agricultor familiar o indivíduo que exerce suas atividades laborais no meio rural, utilizando principalmente mão de obra familiar. Além disso, seu estabelecimento rural não pode possuir mais do que 4 (quatro) módulos fiscais e, no mínimo, metade da sua renda familiar deve ser gerada com as atividades realizadas no seu estabelecimento (BRASIL, 2006; BRASIL, 2017).

Dentro desse contexto de valorização das economias locais, a agricultura familiar se destaca pelo importante papel que ela pode desempenhar no desenvolvimento local. Esse crescente interesse não ocorreu apenas no Brasil, a ONU declarou o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Isso mostra o importante papel que ela desempenha como, por exemplo, na preservação de alimentos tradicionais, segurança alimentar, dinamismo das economias locais e geração de postos de trabalho (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Entretanto, nos últimos anos pode-se observar que a agricultura familiar não é homogênea, ou seja, existem diferenças econômicas e sociais dentro desse grupo (SCHNEIDER; CASSOL, 2017). Essa heterogeneidade ocorre devido as diferenças na formação histórica e cultural desses agricultores familiares. Além disso, ela também pode ser influenciada pela capacitação profissional do agricultor, pela experiência e pela quantidade e facilidade de acesso aos recursos produtivos (BUAINAIN, 2007 apud ARAUJO e VIEIRA FILHO, 2018). Essas diferenças podem levar a dificuldades na produção de alimentos, na comercialização dos produtos e no acesso ao crédito rural.

Dessa forma, torna-se cada vez mais importante a criação de políticas públicas, direcionadas ao desenvolvimento do meio rural, que tenham como objetivo a geração de emprego e renda. Até 1994 não havia uma linha de crédito específica para a agricultura familiar. Esse produtor concorria no mercado de crédito rural com a agricultura patronal. O resultado disso foi uma desigualdade no acesso ao crédito. De acordo com Teles (2007) e Bittencourt (2003) a dificuldade de acesso ocorria porque os bancos e instituições financeiras não tinham interesse em financiar os produtores agrícolas de renda mais baixa (ARAUJO e VIEIRA FILHO, 2018).

As políticas públicas de fomento à agricultura familiar vieram com o intuito de sanar esses problemas. Nesse contexto, tem-se a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf surgiu a partir das demandas dos trabalhadores rurais e grupos sociais organizados que foram capazes de perceber a necessidade do estabelecimento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da produção realizada pela agricultura familiar (ROCHA, 2012). Dessa forma, o programa tem como objetivo o estímulo a geração de renda e emprego para os agricultores familiares. Além disso, o programa também foca no planejamento territorial, com o objetivo de desenvolver as áreas rurais (ARAUJO e VIEIRA FILHO, 2018). Os problemas, relacionados ao crédito, desses agricultores

estavam associados ao custo e a escassez desse recurso. Dessa forma, o crédito direcionado para esse grupo seria fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar (GUANZIROLI, 2007). O programa financiaria atividades agropecuárias e não agropecuárias através de projetos individuais ou coletivos. Sua principal característica era a taxa de juros subsidiada, que facilitaria o acesso ao crédito para o pequeno produtor (ARAUJO e VIEIRA FILHO, 2018; CASTRO, RESENDE e PIRES, 2014).

De acordo com Tonneau et al. (2005) o Pronaf obteve resultados socioeconômicos positivos nos primeiros anos de implantação, isso porque ele foi capaz de preservar empregos no meio rural. Entretanto, esses resultados não se disseminaram por todo o país, concentrando-se especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Por exemplo, no período de 1995 a 2001, apesar da região Sul possuir 21,20% do público-alvo do programa, ela recebeu mais de 60% dos recursos. Em contrapartida, apesar da região Nordeste possuir um pouco mais da metade dos agricultores potencialmente beneficiários do programa, ela recebeu somente 13,70% dos recursos.

Dentre os fatores que podem ter contribuído para esse desequilíbrio, a literatura sobre o tema destaca que os agricultores do Sul são mais organizados, que eles sofrem uma pressão maior das agroindústrias vinculadas a eles e que os agricultores do Nordeste são desarticulados e possuem baixa inserção social. Além disso, os autores apontam que existem evidências de que os recursos financeiros se concentram nas regiões que possuem agricultores mais capitalizados, melhor organizados, com mais apoio do Estado e onde a assistência técnica e extensão rural funcionam de forma mais eficiente (AQUINO et al., 2003; TONNEAU et al., 2005).

Em sua análise Resende e Mafra (2006) argumentam que essa distribuição desigual dos recursos do Pronaf entre as regiões do país, assim como dentro do próprio grupo de agricultores familiares, mostra que o programa é eficaz em atender ao seu principal objetivo, ou seja, em gerar um desenvolvimento que leve em consideração o aumento da renda, uma maior igualdade social e que valorize o meio ambiente.

Entretanto, alguns trabalhos também mostram que o Pronaf foi efetivo processo de desenvolvimento. Em seu trabalho, Rocha (2012, p. 7) tenta responder a seguinte questão “Os créditos do PRONAF acarretam impactos positivo em territórios rurais com baixa dinamicidade econômica?”. Para o autor, dado o papel do PRONAF como uma das principais políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, é importante analisar o seu impacto nas regiões com baixa geração de emprego, renda, qualificação profissional, etc. Para isso, o autor analisa o Território Rural do Médio Jequitinhonha, localizado em Minas Gerias, para os anos de 2000 e 2007. O uso dessa região se justifica por apresentar altos índices de pobreza e por grande parte da população residir no meio rural. O método utilizado para a análise foi o modelo de dados em painel. Os resultados mostram que o PRONAF teve impactos positivos diretos e indiretos na economia da região analisada, com aumento da produção agregada total, setorial, da geração de trabalho e renda.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho analisa as características censitárias da AF da Região Sul e, a partir disso, explora as principais características dos estabelecimentos agropecuários na Região Sul, sobretudo no acesso aos recursos do Pronaf. Neste sentido, a análise está dividida em duas

partes. A primeira, avalia as características da agricultura familiar na Região Sul do país, discriminando-se as informações para os três dessa Região. A segunda parte é dedicada à análise das principais características do financiamento da AF na Região Sul.

Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória e análise descritiva a partir de dados secundários do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados foram obtidos através do Sistema de Recuperação Automática de Dados (SIDRA). Vale destacar que essas informações são declaratórias, ou seja, elas foram informadas pelo entrevistado durante a visita ao estabelecimento rural (DEL GROSSI, 2019).

Assim, todas as informações apresentadas são referentes ao estabelecimento rural, que é a unidade de coleta utilizada pelo Censo Agropecuário 2017. De acordo com o IBGE, um estabelecimento rural:

É toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família) (IBGE, 2018, p. 17).

O foco deste trabalho são os estabelecimentos rurais da agricultura familiar, ou seja, os estabelecimentos que empregam mão de obra predominantemente familiar e que são dirigidos pela família. Além disso, as propriedades rurais não podem possuir mais de quatro módulos fiscais e devem respeitar um percentual mínimo de renda gerado dentro do estabelecimento (BRASIL, 2006; DEL GROSSI, 2019).

O Censo Agropecuário de 2017, utilizou algumas variáveis para levantar informações sobre a AF, destacando-se: o número dos estabelecimentos e a área ocupada, posse dos proprietários em relação ao uso da terra, gênero e escolaridade dos proprietários, recebimento de apoio técnico e origem desse tipo de assistência, produção dos estabelecimentos, acesso a DAP, usos dos recursos do Pronaf e as principais fontes de origem dos financiamentos. Essas variáveis serviram de base para realização neste trabalho, de uma análise descritiva dos dados sobre a AF.

O Censo Agropecuário 2017, no âmbito do Pronaf, classificou os estabelecimentos em dois grupos, B e V. Isso devido à dificuldade em delimitar os grupos A e A/C, assentados da reforma agrária ou beneficiários do crédito fundiário. Isso, porque até o momento, não foi possível elaborar um algoritmo de extração dos dados que permita identificar esses grupos. Com isso, os grupos A e A/C foram distribuídos entre os grupos B e V (DEL GROSSI, 2019).

Os dados do Pronaf sobre custeio, investimento, comercialização e industrialização foram obtidos no Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL, 2021). Para facilitar a análise dos resultados, todos os dados foram organizados em forma de gráficos e tabelas, como será apresentado na próxima seção.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA REGIÃO SUL E ORIGEM DOS FINANCIAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Esta seção está dividida em duas subseções. Na primeira são apresentadas as principais características dos estabelecimentos da agricultura familiar, isto é, são detalhados aspectos como: o número e a área desses estabelecimentos, o gênero dos produtos, os principais produtos, o acesso a orientação técnica, entre outros. Na seção seguinte tem-se o detalhamento das informações sobre o financiamento da agricultura familiar na Região Sul e em seus estados.

##### 4.1 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, a Região Sul conta com 853.314 estabelecimentos, dos quais 187.547 (21,97%) exercem atividades de agricultura não familiar e 665.767 (78,93%) exercem atividades ligadas à agricultura familiar. A área ocupada por atividades agropecuárias na região é de 42.875.310 hectares dos quais 31.382.790 (73,20%) são ocupadas por agricultores não ligados a agricultura familiar e 11.492.520 (26,80%) são de atividades vinculadas a agricultura familiar. Assim pode-se observar que existe um predomínio de pequenas propriedades nas atividades ligadas a agricultura familiar, pois esse tipo de propriedade constitui a maioria dos estabelecimentos, porém ocupam cerca de um quarto da área cultivada. A Tabela 1 traça um panorama dos estabelecimentos, isso, para a AF e não familiar, destacando também o acesso ao Pronaf, por categoria, e área cultivada (em hectares) da Região Sul e seus três estados.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e área ocupada por estabelecimentos agropecuários na Região Sul e nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2017.

Tipo de agricultura	Região Sul		Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
	Estabelec.	Área (ha)	Estabelec.	Área (ha)	Estabelec.	Área (ha)	Estabelec.	Área (ha)
<b>Agric. não familiar</b>	187.547	31.382.790	76.266	11.182.128	40.079	3.992.567	71.202	16.208.095
<b>Agricultura familiar</b>	665.767	11.492.520	228.888	3.559.838	142.987	2.456.219	293.892	5.476.463
<b>Não Pronafiano</b>	13.482	512.321	3.642	151.572	3.197	116.233	6.643	244.516
<b>Pronaf B</b>	254.157	2.748.982	100.804	936.378	49.158	569.728	104.195	1.242.876
<b>Pronaf V</b>	398.128	8.231.217	124.442	2.471.888	90.632	1.770.259	183.054	3.989.071
<b>Total</b>	<b>853.314</b>	<b>42.875.310</b>	<b>305.154</b>	<b>14.741.967</b>	<b>183.066</b>	<b>6.448.785</b>	<b>365.094</b>	<b>21.684.558</b>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

A partir da análise da Tabela 1 pode-se verificar que os estados do Rio Grande do Sul e Paraná apresentam a maior parte dos estabelecimentos agrícolas da Região Sul, com 42,79% e 35,76%, respectivamente. Em relação a área cultivada cerca de 50,58% das áreas cultivadas estão no Rio Grande do Sul, seguido por Paraná com 34,38% e Santa Catarina com 15,04%. Em relação à agricultura familiar dentro dos estados o que se nota é a mesma situação da Região Sul como um todo, por exemplo, no Rio Grande do Sul 80,50% dos estabelecimentos se enquadram como agricultura familiar e ocupam uma área de 25,26%. Enquanto os estabelecimentos de agricultura não familiar correspondem a 19,5% dos estabelecimentos e ocupam a área em hectares de 74,74%. Essa situação é bastante similar nos outros dois estados.



Essa situação se estende também se verifica quando se observa a condição da agricultura familiar em relação a não familiar em todo o país. O trabalho de Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013) que se utilizou dos dados do censo de 2006 observou que assim como os dados do presente trabalho, para todo o país os estabelecimentos não agropecuários representavam 6,7% do número total e ocupavam um total de 40% das áreas agricultáveis.

Em relação a propriedade dos estabelecimentos a Tabela 2 apresenta a condição do produtor em relação a posse da terra de seus estabelecimentos tanto para a Região Sul quanto para os seus estados.

Tabela 2 – Condição do produtor em relação à posse das terras para os estabelecimentos da Região Sul e seus estados, em 2017 – valores em porcentagem.

Região Sul							
Tipo de Agricultura	Proprietário	Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	Arrendatário	Comandatário	Parceiro	Ocupante	Outros
Agric. não familiar	85,67	1,44	6,28	3,31	2,08	0,83	0,39
Agric. familiar	86,66	3,41	3,95	2,99	1,73	1,01	0,25
Paraná							
Agric. não familiar	84,50	1,45	6,29	3,97	2,20	1,23	0,35
Agric. familiar	82,70	4,96	4,77	3,72	1,79	1,76	0,29
Santa Catarina							
Agric. não familiar	88,41	2,03	3,67	2,99	2,04	0,42	0,45
Agric. familiar	89,97	2,49	2,76	2,74	1,35	0,41	0,28
Rio Grande do Sul							
Agric. não familiar	85,37	1,10	7,72	2,79	1,98	0,63	0,41
Agric. familiar	88,13	2,66	3,89	2,54	1,87	0,71	0,21

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

A situação da posse dos estabelecimentos também parece repetir certo padrão na Região Sul e em seus estados. A maioria dos estabelecimentos, tanto para a agricultura familiar quanto não familiar, é de proprietários e arrendatários, ou seja, os agricultores têm em sua maioria a propriedade da terra. A análise em conjunto das Tabelas 1 e 2 fornece um panorama do uso da terra na Região Sul e que também se repete nos estados em que os representantes dos estabelecimentos têm a posse da terra. Observou-se que a maioria dos estabelecimentos são gerenciados pelos proprietários, assim como no trabalho de Mattei (2011) que havia observado que para o estado de Santa Catarina há maior participação dos proprietários tanto dentro da AF quanto da não familiar. Contudo, vale ressaltar que dentro da AF as propriedades têm um tamanho bastante reduzido em comparação aos da agricultura não familiar, o que pode ser um indicativo da concentração do uso da terra na Região ao Sul e nos seus estados.

Pode-se analisar também, conforme mostrado na Tabela 3 a participação dos gêneros dentro dos estabelecimentos agropecuários da Região Sul. Observa-se que de maneira geral há maior participação do gênero feminino dentro dos estabelecimentos da agricultura familiar (12,29%) e maior concentração nos estabelecimentos que se enquadram no Pronaf B (19,39%).

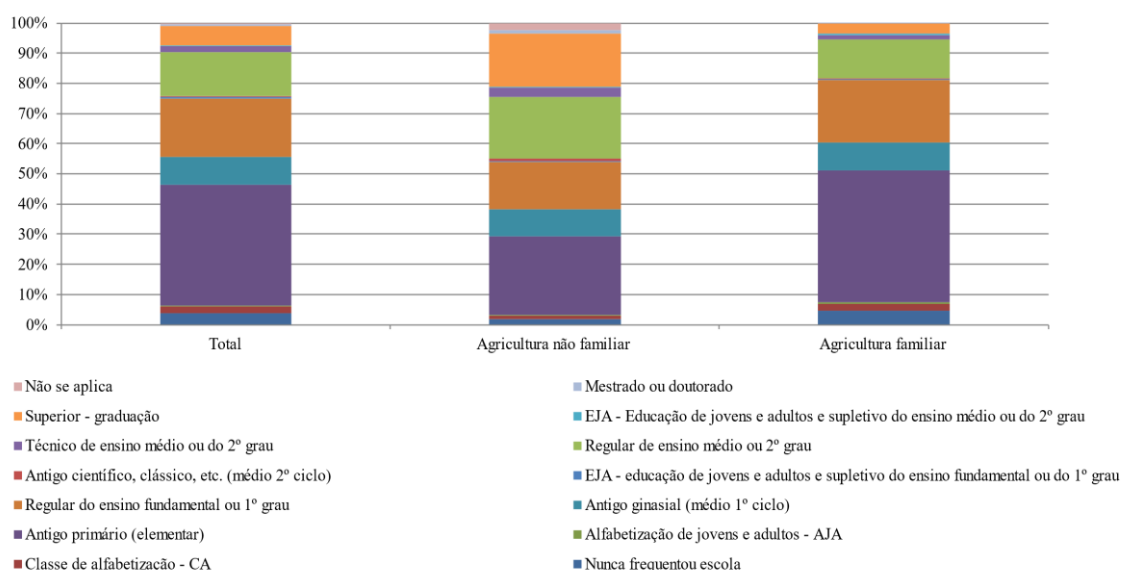
Tabela 3 – Gênero dos produtores que atuam na direção de estabelecimentos da Região Sul e dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2017.

<b>Região/ Estados</b>	<b>Gênero</b>	<b>Agric. não familiar</b>	<b>Agric. familiar</b>	<b>Não Pronafiano</b>	<b>Pronaf B</b>	<b>Pronaf V</b>
Região Sul	Masculino	161.559	583.927	12.857	204.869	366.201
	Feminino	21.513	81.840	625	49.288	31.927
	Total	183.072	665.767	13.482	254.157	398.128
	% (fem./total)	11,75	12,29	4,64	19,39	8,02
Paraná	Masculino	65.450	197.445	3.447	80.478	113.520
	Feminino	9.203	31.443	195	20.326	10.922
	Total	74.653	228.888	3.642	100.804	124.442
	% (fem./total)	12,33	13,74	5,35	20,16	8,78
Santa Catarina	Masculino	34.459	128.441	3.100	40.837	84.504
	Feminino	4.228	14.546	97	8.321	6.128
	Total	38.687	142.987	3.197	49.158	90.632
	% (fem./total)	10,93	10,17	3,03	16,93	6,76
Rio Grande do Sul	Masculino	61.650	258.041	6.310	83.554	168.177
	Feminino	8.082	35.851	333	20.641	14.877
	Total	69.732	293.892	6.643	104.195	183.054
	% (fem./total)	11,59	12,20	5,01	19,81	8,13

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

O crescimento da participação de mulheres na AF pode resultar do estímulo desenvolvido a partir de linhas especiais destinadas a esse grupo, como o Pronaf Mulher, o qual visa financiar atividades de interesse da mulher (ARAÚJO; SANTOS, 2016; BRITO, 2015; SANTOS, 2020; ZUMAK, 2019). A importância de linhas de financiamento voltadas ao público feminino está ligada não só a promover uma maior inserção da mulher dentro do trabalho na AF como também conforme argumenta Lovato (2007) em difundir a percepção da mulher como parte do funcionamento da AF sem subestimar a força de trabalho feminina. Além disso, como mostra o trabalho de Georgin et al. (2015) é importante a construção de políticas voltadas ao público feminino dentro da AF não só para melhor desenvolvimento das atividades agrícolas, como também as mulheres se mostraram mais abertas a novas práticas, sobretudo, aquelas ligadas a questões de sustentabilidade quanto em manter a família trabalhando no campo. Assim, o que foi observado pelos autores e também é corroborado pelos dados levantados pelo presente trabalho é que há espaço para criar um ambiente mais favorável para a participação da mão-de-obra feminina dentro da AF na Região Sul. Outro fator relevante a ser analisado é o nível de escolaridade dos produtores da região, estudos mostram que fatores relacionados ao maior nível tanto de escolaridade quanto de busca por orientação técnica tem relação positiva de causalidade no aumento da produtividade da agropecuária. Na Figura 1 pode-se analisar a escolaridade dos proprietários da Região Sul.

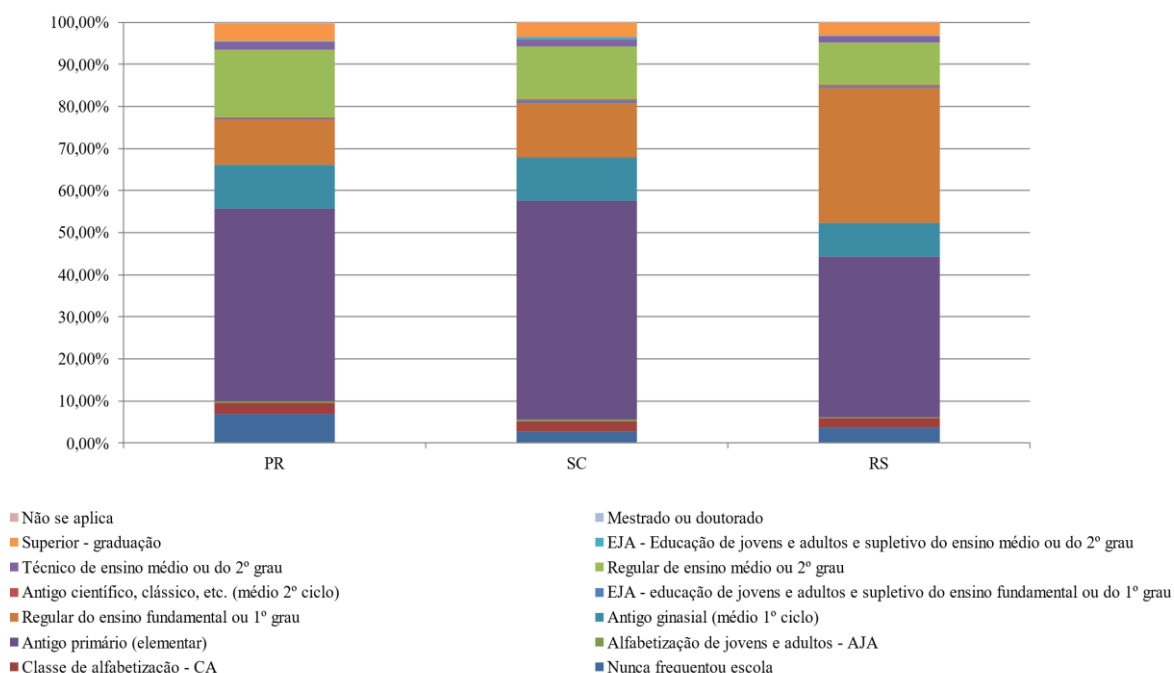
Figura 1 – Nível de escolaridade dos estabelecimentos agropecuários da Região Sul, em 2017, por modalidade, em termos percentuais.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Pode-se notar que para o total dos estabelecimentos a maioria dos proprietários tem o antigo primeiro primário, seguido pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. Os estabelecimentos que se enquadram como agricultura não familiar têm mais proprietários com o ensino médio completo do que os da agricultura não familiar, além de possuir um valor significativo de proprietários com ensino superior completo (17,51%) enquanto esse nível de escolaridade nos estabelecimentos da agricultura familiar é de 3,49%. Quanto ao nível de escolaridade, essa informação é apresentada na Figura 2, isso, para os estabelecimentos da agricultura familiar nos estados da Região Sul, em 2017.

Figura 2 – Nível de escolaridade dos estabelecimentos agropecuários familiares por estado da Região Sul, em 2017 – em termos percentuais.

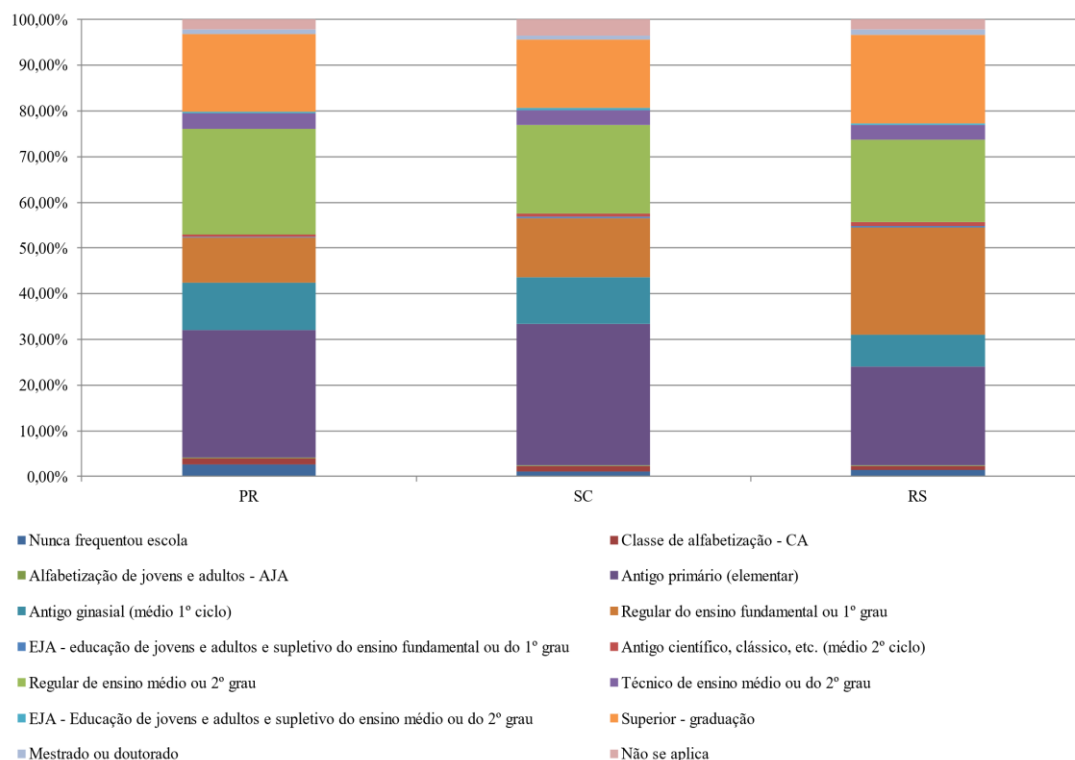


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Assim, a Figura 2 mostra que nos estados da Região Sul, a agricultura familiar é caracterizada, predominantemente, por proprietários de terras com baixo grau de instrução, em geral, com apenas o ensino elementar completo. No entanto, o estado do Paraná, nesse contexto, se destaca por apresentar o maior contingente de proprietários com maior grau instrução, nível superior, cujo percentual é de 4,18% do total dos proprietários da agricultura familiar.

A Figura 3, por sua vez, apresenta o nível de escolaridade dos proprietários da agricultura não familiar. No entanto, esse tipo de proprietário de terra possui um perfil distinto do observado na agricultura familiar, pois no primeiro caso observa-se indivíduos com um maior nível de escolaridade, sobretudo quando comparado com a AF.

Figura 3 – Nível de escolaridade dos estabelecimentos agropecuários não familiares por estado da Região Sul, em 2017 – em termos percentuais.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Observa-se uma faixa mais representativa de proprietários com ensino médio completo (cerca de 20%) sendo que há também uma participação significativa de proprietários com ensino superior completo, no Rio Grande do Sul, onde 19,42% possuem ensino superior completo, seguido de 17,12% e 14,87%, nos estados do Paraná e Santa Catarina, respectivamente.

No que se refere a questão da escolaridade o que se notou é que uma parcela reduzida dos proprietários tem ensino superior e que tal ocorrência é menor na AF. Porém, conforme mostra o trabalho de Hoffmann e Ney (2005) a agropecuária tem historicamente um nível de escolaridade menor do que os demais setores econômicos na economia brasileira e isso se deve, sobretudo, a uma ideia de que a agropecuária demanda uma mão-de-obra menos qualificada. Contudo, o que mostra a pesquisa dos autores e é corroborada pelos dados coletados nesse trabalho é que uma maior quantidade de proprietários possui acesso apenas a educação fundamental. Tal fato pode ser justificado pela menor disponibilidade e acesso a educação dentro das áreas rurais, acarretadas pela falta de recursos das famílias (o que justifica menor acesso ao ensino superior dentro da AF) e da atratividade de oportunidades de trabalho fora do meio rural para a mão-de-obra mais qualificada que acaba migrando para outros setores.

Outro fator importante no desenvolvimento das atividades agropecuárias é a procura dos proprietários por orientações vindas de organizações governamentais ou particulares. A Tabela 4 ilustra a participação dos estabelecimentos que buscam algum tipo de orientação.

Tabela 4 – Estabelecimentos que recebem orientação técnica na Região Sul e seus estados, em 2017 – valores em termos percentuais.

Orientação técnica	Tipo de agricultura	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Recebe	Agricultura não familiar	10,46	12,17	9,47	9,52
	Agricultura familiar	38,13	32,89%	42,35	40,41
Não Recebe	Agricultura não familiar	11,52	12,82	12,43	9,98
	Agricultura familiar	39,89	42,12	35,76	40,09

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Observa-se que entre os que recebem algum tipo de orientação na Região Sul, 38,13% são da agricultura familiar. No entanto dos que não recebem orientação 39,89% também são da agricultura familiar. Isso evidencia que há espaço na formulação de políticas públicas, na área de extensão agropecuária, para atender esses estabelecimentos que ainda não buscam orientação técnica de qualquer tipo. Esse tipo de orientação é fundamental para auxiliar os produtores na adoção de melhores técnicas agrícolas, bem como em auxiliá-lo no desenvolvimento de projetos de financiamento a serem implementados no âmbito, por exemplo, do Pronaf. É importante frisar o fato de que ainda não é altamente difundida a questão da procura dos estabelecimentos por orientações técnicas, mesmo na AF ela chega no máximo a 40% dos estabelecimentos, o que mostra um gargalo histórico na questão da extensão rural do Brasil, como mostra o trabalho de Castro (2015) que em grande parte ficou restrita a médias e grandes propriedades, e também direcionadas a culturas específicas como milho e soja.

Os que buscam algum tipo de orientação acabam recebendo tal ajuda vinda de diversas fontes, a Tabela 5 mostra as principais fontes de obtenção de ajuda técnica dos agricultores na Região Sul.

Tabela 5 – Origem do apoio técnico recebidos pelos agricultores, por modalidade, na Região Sul e nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2017 – valores em termos percentuais.

Origem do Apoio Técnico	Tipo de agricultura	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Governo (federal estadual ou municipal)	Agric. não familiar	15,73	18,03	18,45	12,91
	Agric. familiar	84,27	81,97	81,55	87,09
Própria ou do próprio produtor	Agric. não familiar	38,13	39,15	34,52	38,78
	Agric. familiar	61,87	60,85	65,48	61,22
Cooperativas	Agric. não familiar	21,94	29,99	15,45	16,86
	Agric. familiar	78,06	70,01	84,55	83,14
Empresas integradoras	Agric. não familiar	24,79	30,94	16,00	23,23
	Agric. familiar	75,21	69,06	84,00	76,77
Empresas privadas de planejamento	Agric. não familiar	24,79	30,94	16,00	23,23
	Agric. familiar	75,21	69,06	84,00	76,77
Organização não governamental (ONG)	Agric. não familiar	22,71	16,80	40,21	18,25
	Agric. familiar	77,29	83,20	59,79	81,75
Sistema S	Agric. não familiar	27,33	25,00	27,72	27,73
	Agric. familiar	72,67	75,00	72,28	72,27
Outra	Agric. não familiar	19,89	23,61	15,91	19,32
	Agric. familiar	80,11	76,39	84,09	80,68

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

De uma maneira geral, os proprietários da agricultura familiar buscam mais orientação do que os da agricultura não familiar tanto, isso, na Região Sul e em seus estados, onde, em média 75,80% dos proprietários com origem na agricultura familiar buscam algum tipo de orientação técnica, seja ela no setor público ou no privado. Enquanto 24,20% dos agricultores não familiares buscam algum tipo de orientação. Esses dados revelam alguns gargalos nas políticas de extensão agropecuária, pois ainda há uma parcela significativa dos agricultores familiares que não recebem qualquer tipo de orientação (Tabela 4) e uma parcela bastante reduzida dos não familiares buscam as instituições de pesquisa e extensão.

Assim como os proprietários da AF são os que demandam algum tipo de orientação técnica, é importante desenvolver soluções que atendam a esse público, sobretudo, com recursos governamentais para alcançar o objetivo de se obter uma agricultura familiar consolidada nos próximos anos, como destaca Castro (2015). Esse autor também destaca que seria o momento de incluir, dentro desses projetos de orientação técnica e extensão, questões acerca da sustentabilidade, da agroecologia e questões sociais, isso, na etapa de desenvolvimento desses projetos. Os dados levantados pelo presente trabalho apontam que há espaço para a construção de um sistema de extensão mais abrangente.

Assim, o quadro de elevada demanda por extensão pode estar relacionado ao perfil dos proprietários rurais da Região Sul, de baixo nível de instrução que os obriga a buscar externamente (extensão), auxílio para produzir. Isso, na agricultura familiar dos três estados da região em consideração. As atividades de extensão suprem eventuais deficiências em todas as etapas do processo de produção e comercialização da AF, essas associadas aos insuficientes níveis de conhecimento técnico por parte dos agricultores familiares. Assim, a maior demanda por extensão, muitas vezes ofertada por cooperativas e associações, supre essa carência de informações sobre todos os aspectos da produção.

No que tange a produção dos estabelecimentos agropecuários essas informações seguem descritas na Tabela 6, onde são apresentados os dados referentes a Região Sul e aos seus estados por tipo de produção.

Nos estabelecimentos familiares da Região Sul a maior parte da produção se refere as atividades envolvendo lavouras temporárias (40,84%) e à atividade pecuária (43,35%). Esse padrão produtivo também ocorre nos estabelecimentos familiares, onde 49,01% da produção está associada às lavouras temporárias e 39,22% à algum subproduto da atividade pecuária. Assim, há poucas áreas destinadas às produções florestais com florestas plantadas e nativas. O destaque no setor florestal fica para Santa Catarina que apresenta um valor expressivo para atividades com florestas plantadas, cerca de 13,64%, isso, para a agricultura não familiar. Destaque também para o estado do Rio Grande do Sul que apresenta menos estabelecimentos dedicados à pecuária, 28,10%, isso, no escopo do Pronaf V.

Tabela 6 – Produção dos estabelecimentos por modalidade na Região Sul e seus estados, em 2017 – valores em termos percentuais.

Grupos de atividade econômica	Região Sul				
	Agricultura Não Familiar	Agricultura familiar	Não Pronafiano	Pronaf B	Pronaf V
Produção de lavouras temporárias	40,84	49,01	39,55	41,35	54,84
Horticultura e floricultura	1,98	2,68	2,03	2,59	2,73
Produção de lavouras permanentes	4,46	5,39	4,41	5,11	5,62
Produção de sementes e mudas certificadas	0,08	0,05	0,09	0,02	0,07
Pecuária	43,35	39,22	45,02	44,55	34,84
Produção florestal - florestas plantadas	6,62	2,78	6,38	4,77	1,50
Produção florestal - florestas nativas	0,92	0,74	0,89	1,41	0,31
Pesca	0,02	0,04	0,02	0,10	0,01
Aquicultura	1,73	0,09	1,63	0,10	0,08
<b>Paraná</b>					
Produção de lavouras temporárias	43,54	46,85	43,13	38,75	53,77
Horticultura e floricultura	2,33	3,55	2,37	3,54	3,57
Produção de lavouras permanentes	4,71	5,24	4,62	6,82	4,03
Produção de sementes e mudas certificadas	0,05	0,03	0,06	0,02	0,04
Pecuária	42,37	41,12	42,92	45,85	36,89
Produção florestal - florestas plantadas	4,17	1,68	4,15	2,58	0,88
Produção florestal - florestas nativas	1,29	1,36	1,27	2,22	0,68
Pesca	0,02	0,06	0,02	0,11	0,02
Aquicultura	1,52	0,12	1,47	0,11	0,11
<b>Santa Catarina</b>					
Produção de lavouras temporárias	28,25	40,24	27,24	35,78	43,55
Horticultura e floricultura	2,16	2,86	2,27	2,68	2,93
Produção de lavouras permanentes	4,82	4,65	4,76	3,67	5,20
Produção de sementes e mudas certificadas	0,14	0,09	0,15	0,02	0,12
Pecuária	46,02	46,98	47,94	47,83	45,63
Produção florestal - florestas plantadas	13,64	4,36	12,96	8,42	2,16
Produção florestal - florestas nativas	1,24	0,66	1,21	1,35	0,27
Pesca	0,04	0,06	0,04	0,13	0,02
Aquicultura	3,70	0,12	3,43	0,12	0,11
<b>Rio Grande do Sul</b>					
Produção de lavouras temporárias	45,03	54,97	42,71	46,48	61,15
Horticultura e floricultura	1,50	1,90	1,55	1,64	2,05
Produção de lavouras permanentes	3,99	5,86	3,99	4,14	6,91
Produção de sementes e mudas certificadas	0,08	0,05	0,08	0,03	0,07
Pecuária	42,90	33,97	45,55	41,75	28,10
Produção florestal - florestas plantadas	5,28	2,87	5,00	5,16	1,60
Produção florestal - florestas nativas	0,33	0,29	0,31	0,65	0,08
Pesca	0,01	0,03	0,01	0,07	0,01
Aquicultura	0,87	0,05	0,79	0,08	0,03

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Em linhas gerais os estabelecimentos agropecuários na Região Sul do país apresentam um maior número de estabelecimentos dedicados a agricultura familiar, os quais ocupam uma área bem menor em relação a agricultura não familiar. Isso, evidencia uma desigualdade na



distribuição das terras. A maioria dos estabelecimentos tanto para a agricultura familiar, quanto para a não familiar, são de proprietários ou arrendatários, cujo nível de escolaridade é maior no grupo dos proprietários da agricultura não familiar. Foi possível observar também uma maior presença da participação feminina na AF, sobretudo, nas atividades vinculadas ao Pronaf, o que pode ser um indicativo da efetividade da linha de financiamento Pronaf mulher. No entanto, ainda há espaço para o fortalecimento e expansão dessa linha de crédito, pois apesar da maior a participação feminina na agricultura familiar, quando comparada com a agricultura não familiar, os percentuais apresentados não são tão expressivos; 19,39% no escopo do Pronaf B, conforme a Tabela 3. Logo, ainda há espaço para o crescimento da participação feminina nessa atividade.

Além da participação feminina, há espaço também para uma maior utilização de apoio técnico e dos serviços de extensão rural. Isso porque, uma parcela significativa de proprietários da agricultura familiar não busca apoio técnico de instituições públicas ou privadas; 39,89%, conforme a Tabela 4. Esse percentual explicita o quanto os serviços de extensão na Região Sul ainda precisam crescer para alcançar mais trabalhadores da agricultura familiar.

Por fim, cabe destacar o perfil produtivo dos familiares e não familiares da Região Sul. Nessa parte do país, os produtores se dedicam, em sua maioria, a agricultura de lavouras temporárias e à pecuária. Assim, políticas públicas destinadas a essas atividades têm o potencial de beneficiar ambos os grupos de produtores, familiar e não familiar. No entanto, o primeiro grupo ainda requer maior atenção dos formuladores de políticas públicas devido a sua maior vulnerabilidade, o que foi demonstrado pelos dados de instrução e grau de acesso aos instrumentos de política agrícola como crédito e extensão rural. O desenvolvimento de políticas que facilitem o acesso a esses instrumentos pode contribuir para a redução das desigualdades econômicas e sociais existentes entre os produtores familiares.

## 4.2 ANÁLISE DOS FINANCIAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nesta seção serão analisadas questões referentes aos financiamentos recebidos pelos estados da Região Sul. Principalmente no que se refere às atividades de alguma maneira vinculadas ao Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf.

Inicialmente os agricultores que podem ser classificados como agricultores familiares, precisam ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é utilizada para identificar e qualificar as unidades familiares de produção agrária da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas (BRASIL, 2019). Na Região Sul a característica dos estabelecimentos no que tange a DAP segue descrita na Tabela 7.

Tabela 7 – Números de estabelecimentos quanto a posse da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) na Região Sul e nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2017.

Local	Possui DAP	Não Possui DAP	Não Sabe
Região Sul	329.433	483.971	35.435
Paraná	108.026	178.008	17.507
Santa Catarina	76.296	98.093	7.285
Rio Grande do Sul	145.111	207.870	10.643

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Observa-se que do total de estabelecimentos para a Região Sul como um todo, há uma maioria (cerca de 56%) que não possui a DAP. A importância de a propriedade ter a sua DAP conforme mostra o trabalho de Sambuichi et al. (2016) está em que o proprietário possa fazer parte do banco de dados cadastrais do MAPA, e com isso poder ter acesso aos programas de crédito e orientação técnica oferecidos pelas linhas governamentais. Além disso, a importância da DAP se constitui fundamental para entender as necessidades dos estabelecimentos para que sejam melhor elaboradas políticas direcionadas a AF no país. Assim, com os dados coletados para a Região Sul ainda há uma quantidade significativa de propriedades em que não se possui o DAP ou não se sabe se possui ou não, dessa forma, vê-se que existe espaço para uma melhor divulgação da importância do proprietário em fazer o seu cadastro e ter maior acesso aos programas direcionados a AF promovidos pelo governo federal.

Em relação aos recursos destinados ao Pronaf, os dados do Banco Central, com valores para o ano de 2017, apresentados na Tabela 8, mostram quanto é destinado a cada modalidade de financiamento dos estabelecimentos vinculados ao Pronaf.

Tabela 8 – Participação do Valor dos Recursos do Pronaf por modalidade de financiamento, nos estados do Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR) e Santa Catarina (SC), em 2017 – valores em porcentagem.

Estado	Atividade	Custeio	Investimento	Comercialização	Industrialização
RS	Agrícola	65,95	31,30	0,00	2,75
	Pecuária	62,10	35,13	0,00	2,77
	Total	65,01	32,24	0,00	2,75
PR	Agrícola	74,77	24,29	0,00	0,94
	Pecuária	39,51	58,97	0,17	1,35
	Total	66,11	32,81	0,04	1,04
SC	Agrícola	56,21	41,25	0,00	2,54
	Pecuária	53,78	44,93	0,00	1,29
	Total	55,15	42,85	0,00	2,00

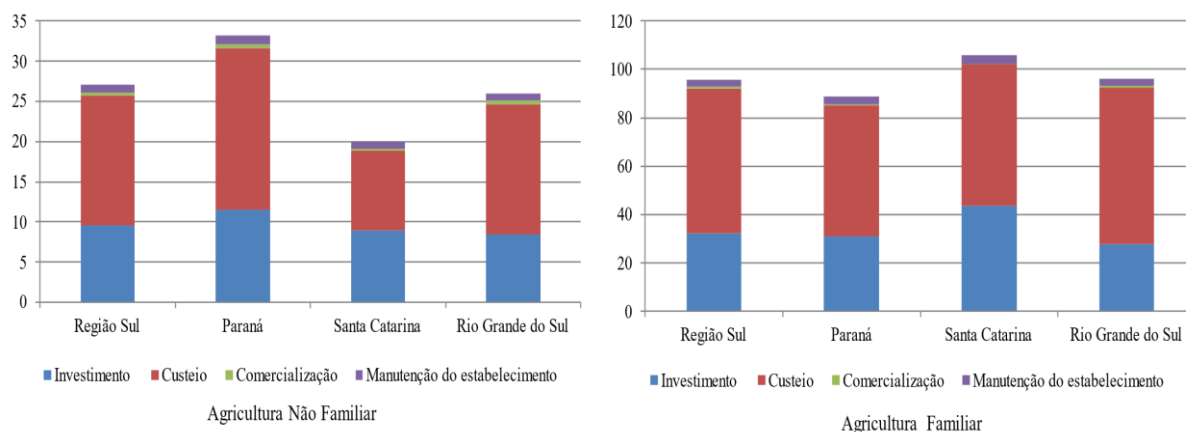
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

Observa-se que para os três estados a maior parte dos recursos foi destinada ao custeio de atividades agrícolas, com poucos recursos sendo destinados às atividades de comercialização e industrialização. Os dados do Sistema Nacional do Crédito Rural para a Região Sul corroboram a ideia de que historicamente, conforme analisado por Bacha (2018) o montante concedido nas categorias custeio e investimento é superior ao concedido nas demais modalidades. Tal fato reforça a ideia de que as linhas de incentivo aos gastos com industrialização não têm ainda se consolidado, mostrando a necessidade de uma ampliação

nessa frente de financiamento de maneira a garantir uma AF gerando produtos de maior valor agregado. Além dos valores totais das modalidades de financiamentos, pode-se com os dados do Banco Central discriminar a origem dos recursos e como eles se dividem entre as atividades familiares e não familiares.

Na Figura 4 é possível observar a participação de cada uma das modalidades de financiamento do crédito agropecuário entre as atividades de agricultura familiar e não familiar. Antes cabe ressaltar o que foi estudado por Sousa e Valente Júnior (2005) que a distribuição dos recursos do Pronaf não ocorre de maneira igualitária entre as regiões brasileiras; sendo a Região Sul aquela que recebe a maior parte dos recursos, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste recebem a menor parte. Uma das justificativas levantadas pelos autores é de que a AF na Região Sul se caracteriza mais como uma empresa agrícola e os estabelecimentos das regiões Norte e Nordeste têm suas produções mais direcionadas para o autoconsumo. Segundo dados levantados por Gazolla, Viganó e Marini (2020), a Região Sul apesar de ter um número bem menor de contratos (30% do total do país) do que a Região Nordeste (cerca de 50% dos contratos do país) capta cerca de 12% dos recursos, enquanto a Região Sul capta cerca de 50% dos recursos. Em relação a distribuição dos recursos por modalidade de financiamento, assim como os recursos vindos do Pronaf a maior parcela dos investimentos é feita em custeio e investimento.

Figura 4 – Uso dos recursos do financiamento por modalidade do Pronaf na Região Sul e nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 2017 – percentual do total geral.



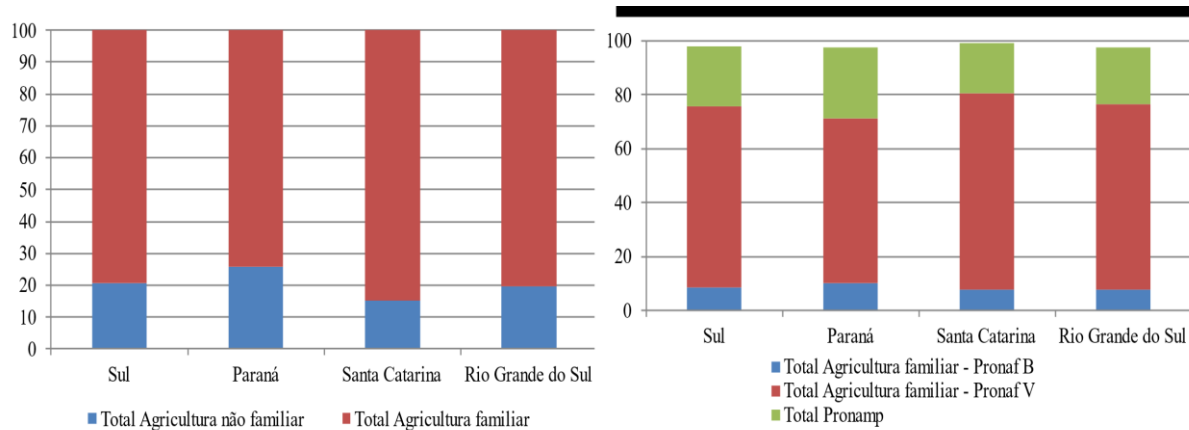
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

A partir da Figura 4 nota-se que as maiores parcelas do financiamento se destinam ao custeio e ao investimento, segundo Gazolla, Viganó e Marini (2020) a modalidade de custeio é a modalidade mais acessada, sendo bastante direcionada para culturas específicas como milho e soja. Segundo o autor o padrão de repetição da maior participação das modalidades custeio e investimento ocorre tanto na agricultura não familiar quanto na familiar que acaba repetindo o padrão da primeira. Já em relação a modalidade investimento que se destina, sobretudo, para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas está fortemente interligada à modalidade de custeio, pois se aplicam exatamente às mesmas culturas que recebem crédito via modalidade de custeio. O autor explica que essa grande conexão entre as duas modalidades, acaba por mostrar uma tendência de que os recursos têm sido empregados frequentemente nas mesmas culturas,

tornando a AF menos diversificada, o que ocorre com ainda mais intensidade na agricultura não familiar.

Na Figura 5 é possível analisar o destino dos recursos sendo que em sua maioria eles são destinados a agricultura familiar nos três estados da Região Sul. Dentro da agricultura familiar a maior parcela dos recursos se encontra na modalidade Pronaf V4 e uma parcela menor para a linha Pronaf B.

Figura 5 – Financiamentos destinados as modalidades agropecuárias e as linhas dentro da agricultura familiar na Região Sul e nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2017 – percentual do total geral.



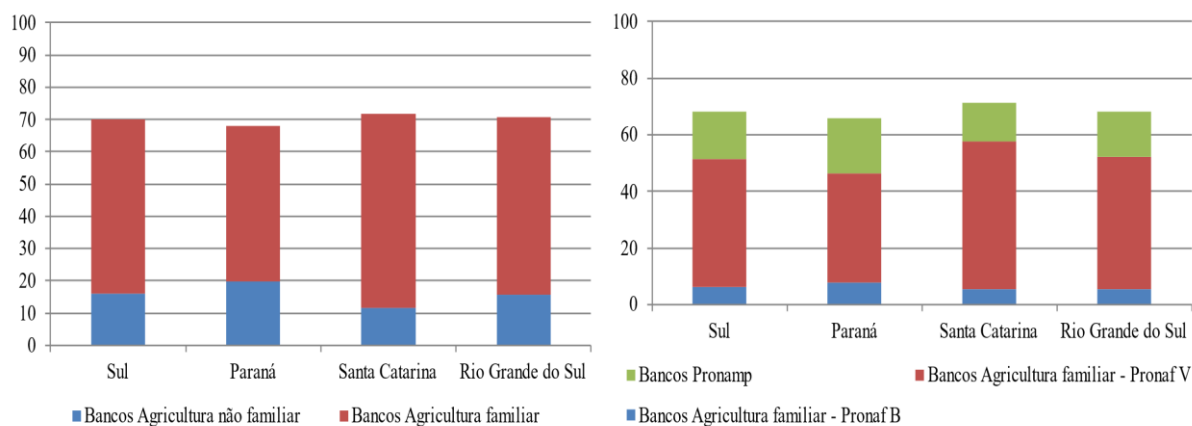
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

A partir da figura se observa uma grande concentração de recursos numa linha específica de financiamento e tal fato não seria a melhor opção, posto que atividades ligadas a AF devem não se assemelhar as características de concentração e padronização das grandes empresas agrícolas. Conforme, o estudo de Gazolla, Viganó e Marini (2020) uma AF deve ser pautada por um viés heterogêneo o multifacetado, e os dados levantados pelo presente estudo assim como mostrado pelo autor mostra que há espaço para que as linhas de crédito sejam melhor distribuídas para garantir uma produção de alimentos mais diversificada e também possibilitar uma melhor condição de segurança alimentar e de um padrão de desenvolvimento mais sustentável.

Já no que se refere a origem dos recursos, foram separadas as origens com maior relevância como; os bancos comerciais, as cooperativas e as fontes de financiamento ligadas ao governo. Na Figura 6 observa-se a relação entre os agricultores familiares e não familiares e os recursos com origem dos bancos comerciais.

<sup>4</sup> Pronaf V representam aqueles que se enquadram no Grupo V (Renda Variável). A linha Pronaf B se refere as linhas voltadas ao recebimento de microcrédito.

Figura 6 – Financiamentos destinados as modalidades agropecuárias e as linhas dentro da agricultura familiar com origem nos bancos comerciais para a Região Sul e para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2017 – percentual do total geral.

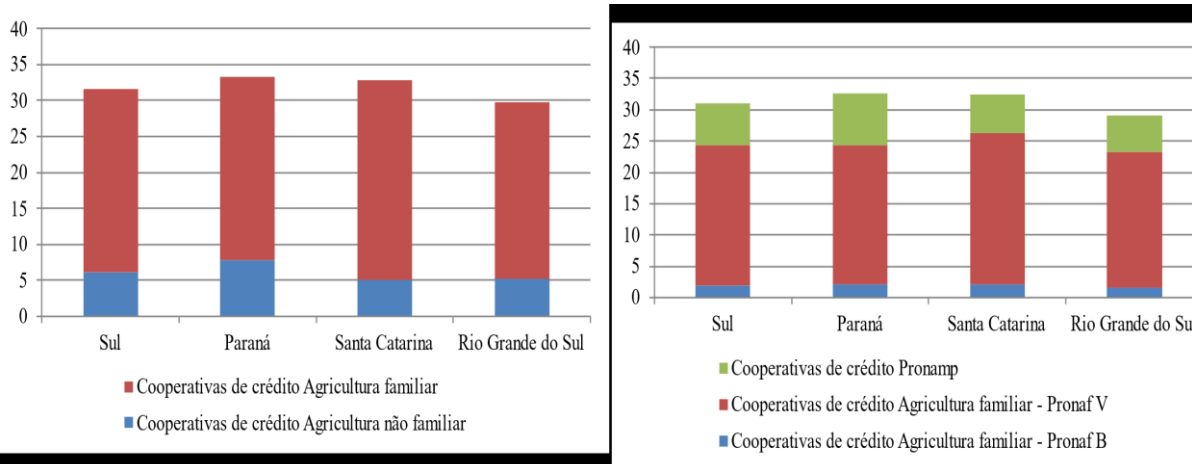


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Observa-se que muitos estabelecimentos, que se enquadram como agricultura familiar, buscam principalmente os bancos comerciais, intermediários financeiros, para a obtenção do financiamento. Desses recursos com origem nos bancos comerciais, a maioria se destina também ao Pronaf V.

Já os recursos com origem em outro grupo de intermediários financeiros, as cooperativas, representam uma parcela menor da origem dos financiamentos, sendo essa também maior para os agricultores familiares. O crédito recebido pelos agricultores familiares via cooperativas também se enquadra em sua maioria na linha Pronaf V, como mostra a Figura 7.

Figura 7 – Financiamentos destinados as modalidades agropecuárias e as linhas dentro da agricultura familiar com origem nas cooperativas para a Região Sul e para os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2017 – percentual do total geral.

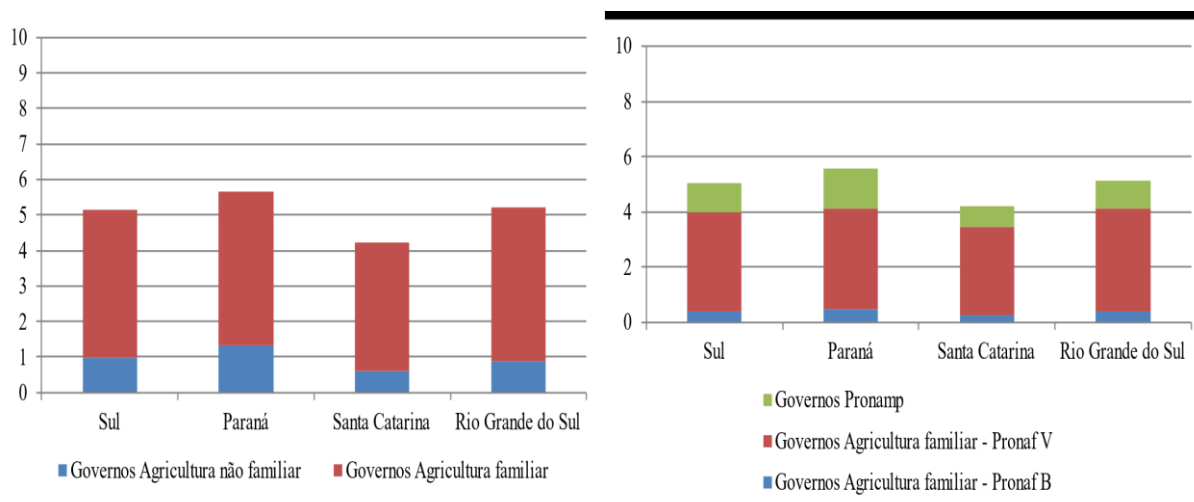


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Os dados representados na Figura 7 mostram o papel mais significativo das cooperativas, instituições que intermediam o repasse dos recursos públicos dentro do financiamento da agricultura familiar na Região Sul. Esse fato já foi observado também por Gazolla, Viganó e Marini (2020) e por Aquino e Schneider (2011), que apontaram a participação das cooperativas no fomento ao crédito da AF como um importante fator de desenvolvimento da AF na região. Isso porque, nessas instituições, há menos burocracia e que permite um maior alcance dessas instituições entre os agentes tomadores de crédito. Ambos os trabalhos corroboram a hipótese de que a participação das cooperativas, conforme mostrado na Figura 7, é responsável pela maior inserção da AF da Região Sul e por ela ter um maior dinamismo, isso, quando comparada a outras regiões do país, sobretudo, as regiões Norte e Nordeste.

Por fim os recursos com origem governamental se mostram menos expressivos dentro da Região Sul e dos seus estados, como mostra a Figura 8. Uma parcela pequena das propriedades, em torno de 5% busca recursos com esta origem sendo em sua maioria estabelecimentos da agricultura familiar que se enquadram em sua maioria na linha Pronaf V.

Figura 8 – Financiamentos destinados as modalidades agropecuárias e as linhas dentro da agricultura familiar na Região Sul e em seus estados, em 2017 – percentual do total geral.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Em síntese pode-se observar, pelo que foi levantado, que existe ainda uma grande quantidade de estabelecimentos que não está ciente da necessidade da DAP ou que não fizeram a aplicação para receber os benefícios dos programas ligados a agricultura familiar. Além disso, observa-se que quase a totalidade dos recursos liberados pelas linhas de crédito do Pronaf estão associadas a atividades de custeio e de investimento. Assim, há espaço para a criação de incentivos aos formuladores de políticas agrícolas relacionadas ao Pronaf. Isso, para que os investimentos sejam também destinados à comercialização e à industrialização, o que poderá propiciar maior eficiência na distribuição e no processamento dos produtos de base agropecuária na Região Sul, sobretudo daqueles com origem na AF.

Ademais, o maior número de instituições financeiras realizando a intermediação dos recursos públicos na Região Sul, a exemplo de bancos comerciais e cooperativas, favoreceu a concessão de recursos. Isso, pela maior capilaridade dessas instituições, o que pode explicar o maior acesso ao crédito na região. Em relação às questões do financiamento da AF cabe ressaltar além do importante papel do financiamento através de intermediários com maior capilaridade como os bancos comerciais, Schneider, Mattei e Cazella (2004) destacam outros elementos no aumento da concessão de crédito. Por exemplo, melhorias nas condições de financiamento como taxas de juros fixas e menores do que as praticadas pelo mercado. Ainda, destacam também que o volume de crédito tem aumentado, isso, desde 1997, o que possibilita atender a um maior número de agricultores da AF. Contudo, em períodos recentes, tenta-se corrigir as concentrações nas distribuições de recursos, conforme alertam Sousa e Valente Júnior (2005).

Pode-se sugerir pelo que foi analisado a partir dos dados do censo agropecuário de 2016 que existe ainda espaço principalmente na questão de uma maior divulgação dos financiamentos via Pronaf e de fortalecer o já expressivo vínculo dos agricultores da Região Sul com os bancos comerciais e as cooperativas de crédito, pois conforme discute o trabalho de Schneider, Mattei e Cazella (2004) é notável no país a falta de órgãos regionais de planejamento, execução e fiscalização de políticas públicas, sobretudo, aquelas voltadas para o desenvolvimento rural, dada a estrutura continental e as especificidades regionais do país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar tanto as características dos estabelecimentos da AF na Região Sul, quanto o financiamento das linhas de crédito do Pronaf para a região. Isso para identificar fatores que caracterizam essa região e, eventualmente, respondem pelo êxito no acesso as políticas públicas tais como o Pronaf. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória a partir de dados secundários do Censo Agropecuário e de dados financeiros sobre o Pronaf disponibilizados pelo Banco Central.

Os principais resultados mostram que a agricultura familiar nos estados da Região Sul do Brasil é caracterizada por pequenas propriedades, cujos agricultores são proprietários da terra, isso, em sua maioria. Em menor magnitude as atividades agrícolas são desenvolvidas em terras arrendadas. Quanto a participação feminina nas propriedades, ainda há espaço para uma maior inserção da mulher na agricultura familiar. Nesse sentido, iniciativas como o Pronaf Mulher são fundamentais para fomentar a participação feminina na atividade agrícola, isso, através de incentivos financeiros, como os estabelecidos por essa política.

É importante destacar que o nível de escolaridade dos proprietários rurais engajados na AF é baixo, sobretudo quando comparado com aqueles que atuam na agricultura não familiar. Em geral, os proprietários dos estabelecimentos agropecuários têm o antigo primeiro primário, seguido pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. Assim, para fazer frente à eventuais deficiências técnicas na produção, a AF demanda, de forma expressiva, serviços de extensão rural. A exemplo do Rio Grande do Sul, que em 2017 o percentual de estabelecimentos que recebeu algum tipo de orientação técnica era de 14,41%. Essas orientações técnicas, que contribuem para o aprimoramento da produção e auxiliam os produtores a, por exemplo, obter

recursos de programas de financiamento, têm as diversas origens, dentre as quais destacam-se: governo (federal, estaduais e municipais), cooperativas e ONGs.

Quanto à produção, as principais atividades desenvolvidas pela AF nos estabelecimentos agropecuários são: produção de lavouras temporárias e a atividade pecuária. A produção de lavouras temporárias nos estados da Região Sul foi de cerca de 49%, com destaque para o Rio Grande do Sul, onde essa produção foi de 52,97%. Parte dessa produção foi financiada com recursos públicos, em especial, recursos do Pronaf.

A análise das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAF) mostra que um número expressivo de agricultores familiares possui essa declaração. No entanto, que 64,34% desses agricultores não fizeram a aplicação, enquanto cerca de 10% dos estabelecimentos da região não sabem se possuem DAP ou não. Esses números evidenciam que ainda há espaço para o aprimoramento das políticas públicas destinadas à AF. Isso porque muitos agricultores pelas mais variadas razões como desconhecimento, burocracia, medo de contrair dívidas, não acessam as políticas públicas disponíveis.

Ademais, mais da metade dos recursos recebidos no âmbito do Pronaf para o financiamento das atividades concentraram-se no custeio da produção. Essa concentração dos recursos evidencia a necessidade de aprimoramento na distribuição dos recursos dessa política pública. Isso, porque muitos dos agricultores familiares podem ter dificuldades em outras etapas da cadeia de valor de seus produtos, por exemplo, na comercialização e na industrialização, tema a ser abordado em trabalhos futuros

Assim, em trabalhos futuros espera-se estudar outras etapas da cadeia de valor dos produtos da AF. Espera-se, por exemplo, analisar ações de incentivo à comercialização e à industrialização da AF. Ademais, um caminho promissor nesta área de pesquisa é a identificação das variáveis que podem facilitar e promover o acesso às subvenções disponibilizadas pelo governo. Além, disso quantificar o quanto essas variáveis podem explicar o acesso ao crédito e, portanto, gerar informações acuradas para a elaboração e o aprimoramento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, 30 dez. 2011.
- AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A.; TONNEAU, J. P. O Pronaf e a 'nova modernização desigual' da agricultura brasileira. **Raízes**, v. 22, n. 1, jan./jun., 2003.
- ARAÚJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Análise dos impactos do PRONAF na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016. **Texto para discussão 2412**, 52 p., 2018.
- ARAÚJO, M. DO P. S. N.; SANTOS, E. S. B. Pronaf mulher e o empoderamento de trabalhadoras rurais. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 18, n. 1, p. 135–147, 2016.



BACHA, Carlos José C. **Economia e política agrícola no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2018.

BANCO CENTRAL. **Matriz de dados do crédito rural**: contratações. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta**: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. 2003. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9064.htm). Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL, M. DA A., Pecuária e Abastecimento. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/declaracao-de-aptidao-ao-pronaf-dap>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRITO, I. M. DE. **O empoderamento das mulheres: uma análise a partir da implementação do Pronaf Mulher nas Comunidades de Pacoval e Rosarinho em Anajatuba (MA)**. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2015.

CASTRO, C.N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, Rio de Janeiro, Dez/2015 p. 49-59. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU\\_n12\\_Desafios.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf). Acesso em: 14 nov.2021

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando à inclusão de variável no banco de dados do Censo, disponível para ampla consulta**. Brasília, DF: FAO, 2019. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censo\\_Agropecuario/Censo\\_Agropecuario\\_2017/Resultados\\_Definitivos/agricultura\\_familiar/Metodologia\\_Agricultura\\_Familiar\\_e\\_PRONAF\\_Censo\\_Agropecuario\\_2017.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censo_Agropecuario/Censo_Agropecuario_2017/Resultados_Definitivos/agricultura_familiar/Metodologia_Agricultura_Familiar_e_PRONAF_Censo_Agropecuario_2017.pdf). Acesso em: 28 ago. 2021.

GAZOLLA, M.; VIGANÓ, C.; MARINI, M.J. Pronaf no estado do Paraná: quais lógicas de desenvolvimento têm sido fortalecidas? **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 751-773, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2860>. Acesso em 18 nov.2021

GEORGIN, J.; WIZNIEWSKY, J.G.; OLIVEIRA, G.A.O.; ROSA, A.L.D. A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas**, Santa Maria, v. 14, n. 3, p. 01–09, set-dez. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231172015.pdf>. Acesso em 15. Nov.21

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

HOFFMANN, R.; NEY, N. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 02 (23), p. 51-79, jul/dez.2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643053>. Acesso em 15 nov.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro\\_2017\\_resultados\\_preliminares.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf). Acesso em: 29 ago. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 28 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 29 ago. 2021.

KAGEYAMA, A.A.; BREGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A. Uma Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural RESR**, Piracicaba, SP, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/5q77xcPFHJtpZPB85rdJJYH/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2021

LOVATO, P. Agricultura Familiar, Agroecologia e Relações de Gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/2224>. Acesso em: 18 nov.2021

MATTEL, L. **Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: <https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Lauro-20100.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro e contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out/dez., 2014.

RESENDE, C. M.; MAFRA, R. L. M. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 2, p. 261–280, jun. 2016.

ROCHA, A. J. R. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no Médio Jequitinhonha - MG. **Texto para Discussão 1693**, 2012.

SAMBUICHI, R.H.R.; GALINDO, E.P.; CONSTANTINO, M.; RABETTI, M.S. Diversidade da produção nos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil: uma análise econométrica baseada no cadastro da declaração de aptidão ao PRONAF (DAP). **Texto para Discussão (TD) 2202 IPEA**, Ipea, Rio de Janeiro. Maio de 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6678/1/td\\_2202.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6678/1/td_2202.pdf). Acesso em: 13 nov.2021

SANTOS, C. E. DOS. O crédito rural para mulheres do semiárido norte-mineiro: um estudo do PRONAF no município de Porteirinha/MG, no período de 2005 a 2018. Montes Claros: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 30 out. 2020.

SOUSA, J. M. P.; VALENTE, A. S. J. Análise das liberações dos recursos do PRONAF: descentralização das aplicações do Crédito Rural. In: CONGRESSO DA SOBER; 44. 2006. Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ags/sobr06/143199.html>. Acesso em: 17 nov. 2021

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista RURIS**, Campinas/UNICAMP/SP, v. 4; n. 01, mar. 2010.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.A. histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

TELES, M. L. C. **Impacto do Pronaf na produção agrícola dos municípios cearenses**, 2007. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr., 2005.

ZELLER, M.; SCHIESARI, C. The unequal allocation of PRONAF resources: which factors determine the intensity of the program across Brazil? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 3, p. e207126, 2020.

ZUMAK, M. R. **Contribuições do PRONAF mulher e do PAA no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz/ES: uma análise a partir da perspectiva de gênero.** Brasília, DF: Universidade de Brasília - UnB, 22 mar. 2019.